2013

DIREÇÃO REGIONAL DO EMPREGO
E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Manual de Procedimentos do Fundo Regional do Emprego

NP EN ISO 9001:2008

SGQ da Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional

Serviços Técnicos
junho 2013

Índice

Introdução 5
Estrutura e Objetivo do Manual 6
Fundo Regional do Emprego 7
Princípios de Gestão 7
Regime Jurídico 7
Tabela 2 - Regime jurídico 7
Funções 7
Cronologia 8
Organização 9
Processos 10
Objetivos 10
Função de Gestão 10
Processos de Gestão 11
Atividades 13
Processo de Despesa 13
Processo de Receita 15
Recursos Humanos 16
Imobilizado / investimentos 17
Registo Contabilístico 18
Prestação de Contas 19
Outros processos de gestão e direção 21
Fluxogramas 22
Fluxogramas de Processos 24
Registo de Revisões 28

Índice de tabelas e gráficos

Tabela 1 - Tabela de siglas e abreviaturas 4
Tabela 2 - Regime jurídico 7
Tabela 3 - Estrutura orgânica do FRE 9
Tabela 4 - Diplomas agregados a processos de gestão 11
Tabela 5 – Atividades agregadas ao processo de despesa 13
Tabela 6 – Atividades agregadas ao processo de receita 15
Tabela 7 – Atividades agregadas ao processo de RH 16
Tabela 8 – Atividades agregadas ao processo de Imobilizado / Investimentos 17

Tabela 9 – Atividades agregadas ao processo de registo contabilístico 18
Tabela 10 – Atividades agregadas ao processo de prestação de contas 19
Tabela 11 – Atividades agregadas a outros processos de gestão e direção 21
Tabela 12 – Simbologia 22

Gráfico 1 - Orgânica políticas de emprego vs Evolução regime contributivo geral 8
Gráfico 2 - Orgânica políticas de emprego vs Diplomas legais 8
Gráfico 3 - Organigrama hierárquico/ funcional 9
Gráfico 4 - Objetivos 10
Gráfico 5 - Função de Gestão agregada a processos 10
Gráfico 6 - Ciclo da Despesa 13
Gráfico 7 - Ciclo da Receita 15
Gráfico 8 - Ciclo de RH 16
Gráfico 9 - Ciclo de Imobilizado / Investimentos 17
Gráfico 10 - Ciclo de registo Contabilístico 18
Gráfico 11 - Ciclo de Prestação de Contas 19
Gráfico 12 - Ciclo de Outros Processos de gestão e Direção 21
Gráfico 13 – Fluxograma de processos 24
Gráfico 14 – Fluxograma agregado a processos de RH 26
Gráfico 15 – Fluxograma agregado a PF's 27

Tabela 1 - Tabela de siglas e abreviaturas

SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
FRE	Fundo Regional do Emprego
RH	Recursos Humanos
PF´s	Pedidos de Financiamento
VPGECE	Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial
DREQP	Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional
DROT	Direção Regional do Orçamento e Tesouro
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
IGFSSA	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social dos Açores
RAA	Região Autónoma dos Açores
GGFD	Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego
GRGFD	Gabinete Regional de Gestão do Fundo de Desemprego
GGFE	Gabinete de Gestão Financeira do Emprego
SROC	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
LBCP	Lei de Bases de Contabilidade Pública
RAFE	Regime de Administração Financeira do Estrado
POCP	Plano Oficial de Contabilidade Pública
CIBE	Cadastro e Inventário dos Bens do Estado
DLR	Decreto Legislativo Regional
DRR	Decreto Regulamentar Regional
CRVCC	Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
MSE	Mercado Social de Emprego
FSE	Fundo Social Europeu
SGC	Sistema de Gestão Documental
SIAG – AP	Sistema Integrado de Apoio à Gestão
SPA	Sistema de Pagamentos da Região Autónoma dos Açores
CPA	Código do Procedimento Administrativo
TC	Tribunal de Contas
PAP	Pedido de Autorização de Pagamento
CA	Conselho de Administração
ST	Serviços Técnicos
SA	Serviços Administrativos
CCA	Centro de Controlo e Apuramento
SS	Regime Contributivo da Segurança Social
TSU	Taxa Social Única
MCO	Mecanismo de Contas de Ordem
RAP	Reposições Abatidas ao Pagamento
RNAP	Reposições Não Abatidas ao Pagamento
SIGRHARA	Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos da Região Autónoma dos Açores
CGA	Caixa Geral de Aposentações
DRI	Declaração de Remunerações Eletrónica
DMR-AT	Declaração mensal de remunerações – Autoridade Tributária
ADSE	Assistência na Doença dos Serviços do Estado
SIADAPRA	Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desemprenho na Administração Pública Regional dos Açores
CTFP	Contrato de Trabalho em Funções Públicas
BEPA	Bolsa de Emprego Público dos Açores
BASE	Base: contratos públicos online
CCP	Código dos Contratos Públicos
PCSOPVE	Prestação de Contas dos Serviços e Organismos Públicos por Via Eletrónica
ABDR	Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados
SIIFSE	Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu
SIPOP	Sistema de Informação do PROCONVERGÊNCIA
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
IGFSE	Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu

Introdução

Pretende-se com a realização do Manuel de Procedimentos, agregar um novo instrumento de gestão que, aliado aos existentes, constituam-se como vetores orientadores do conceito de gestão e administração que o FRE privilegia, pela sistematização de informações, procedimentos, recursos humanos e tecnológicos, que relevam para o desempenho das funções que lhe estão atribuídas, permitindo em simultâneo, uma abordagem analítica das responsabilidades que lhe estão acometidas, compreensão da sua estrutura, atribuições e funcionamento.

Através da definição e sistematização dos diversos parâmetros, pretende-se garantir que se encontram reunidas e aplicadas as condições necessárias à prossecução sistemática das normas e objetivos definidos.

Por se tratar de um instrumento de trabalho fulcral com impacto na gestão e administração do FRE, o presente será acometido à tutela do Conselho de Administração, propondo-se desde já que após a sua homologação, se promova a ampla divulgação e publicitação, contribuindo de forma inequívoca para a transparência e interdisciplinaridade do mesmo.

Estrutura e Objetivo do Manual

O Manual de Procedimentos tem como objetivo fulcral estabelecer metodologias a utilizar no âmbito das funções e tarefas atribuídas ao FRE, designados quer no âmbito do Plano Regional de Emprego e da sua execução estratégica, quer na alçada da sua tutela orgânica, no fundo indissociáveis.

Pretende ainda possibilitar a identificação do tipo, estrutura do departamento, dos diversos fluxos que gera com entidades terceiras, quer a montante quer a jusante, institucionais ou não, nomeadamente:

- Utentes;
- Fornecedores;
- VPGECE;
- DREQP;
- Tribunal de Contas;
- DROT;
- IEFP;
- INE;
- IGFSSA

As metodologias têm por base a legislação e regulamentação legal regional, nacional e comunitária aplicáveis, e com referência às normas da qualidade em fase de implantação na estrutura tutelar (DREQP).

Fundo Regional do Emprego

O FRE constitui-se nos termos legais como organismo da Administração Pública Regional da RAA, cuja matriz organizacional sustenta-se no regime da Administração Indireta do Estado, conforme regula a lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, considerado como fundo personalizado dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, conforme disposto no diploma constitutivo.

Princípios de Gestão

- Prestação de serviço público com a qualidade legalmente exigida por Lei;
- Garantir eficiência económica dos custos e procedimentos a adotar na prestação do serviço;
- Gestão por objetivos devidamente quantificados, sujeita a avaliação periódica de resultados;
- Cumprimento dos procedimentos gerais da atividade administrativa.

Regime Jurídico

- O Código do Procedimento Administrativo, no que respeita à atividade de gestão pública, envolvendo o exercício de poderes de autoridade, a gestão da função pública ou do domínio público, ou a aplicação de outros regimes jurídico-administrativos;
- O regime jurídico da função pública ou o do contrato individual de trabalho, de acordo com o regime de pessoal aplicável;
- O regime da administração financeira e patrimonial do Estado;
- O regime das empreitadas de obras públicas;
- O regime da realização de despesas públicas e da contratação pública;
- O regime das incompatibilidades de cargos públicos;
- O regime da responsabilidade civil do Estado;
- As leis do contencioso administrativo, quando estejam em causa atos e contratos de natureza administrativa;
- O regime de jurisdição e controlo financeiro do Tribunal de Contas.

Tabela 2 - Regime jurídico

Diploma	Organismo
Lei n.º 3/2004	Lei-quadro da administração indireta do Estado
Lei n.º 2/2009	Estatuto Político-Administrativo da região Autónoma dos Açores

Funções

Constituem funções do FRE, designadamente:

- Colaborar na execução das políticas de emprego e de formação profissional definidas pelo Governo Regional;
- Assegurar o processamento e o pagamento dos apoios à criação e manutenção do emprego, à formação profissional, ao funcionamento do mercado social de emprego e ao aumento da empregabilidade e qualificação dos jovens e à sua preparação para a integração na vida ativa;
- Assegurar a cobrança e administrar as receitas resultantes da aplicação de coimas e multas em matéria laboral, de higiene e segurança no trabalho e matérias conexas;
- Financiar ações e projetos de promoção e manutenção do emprego, de formação e reabilitação profissional, de higiene e segurança no trabalho e de apoio à mobilidade geográfica e profissional dos trabalhadores;
- Aprovar, sempre que ocorram alterações substanciais das condições de execução das ações ou projetos, planos de reembolso ou reescalonamento das obrigações assumidas;
- Gerir e administrar as verbas dos fundos comunitários no âmbito das suas atribuições;

- Fiscalizar o cumprimento das obrigações dos empregadores e trabalhadores emergentes de diplomas relacionados com a criação, manutenção e recuperação de postos de trabalho e com o sistema de proteção no desemprego, empregabilidade e situações equiparadas;
- Executar estudos e trabalhos de natureza técnica, com vista ao acompanhamento e controlo de execução dos esquemas de financiamento atrás referidos;
- Promover, financiar e acompanhar todas as ações conexas que se identifiquem com as respetivas atribuições.

Cronologia

Como elemento caracterizador da atividade atual do FRE, importa caraterizar a evolução do organismo, enquanto reflexo não só da política ativa regional de emprego, mas também como reflexo e consequência da evolução do mercado de trabalho.

Destinando-se uma parcela das contribuições geradas pelo mercado de trabalho, aquilo a que atualmente se designa como Regime Contributivo, ao financiamento (nacional e regional) da política de emprego, demonstra-se a relação existente entre a execução orgânica das mesmas e evolução dos regimes contributivos gerais.

Gráfico 1 - Orgânica políticas de emprego vs Evolução regime contributivo geral

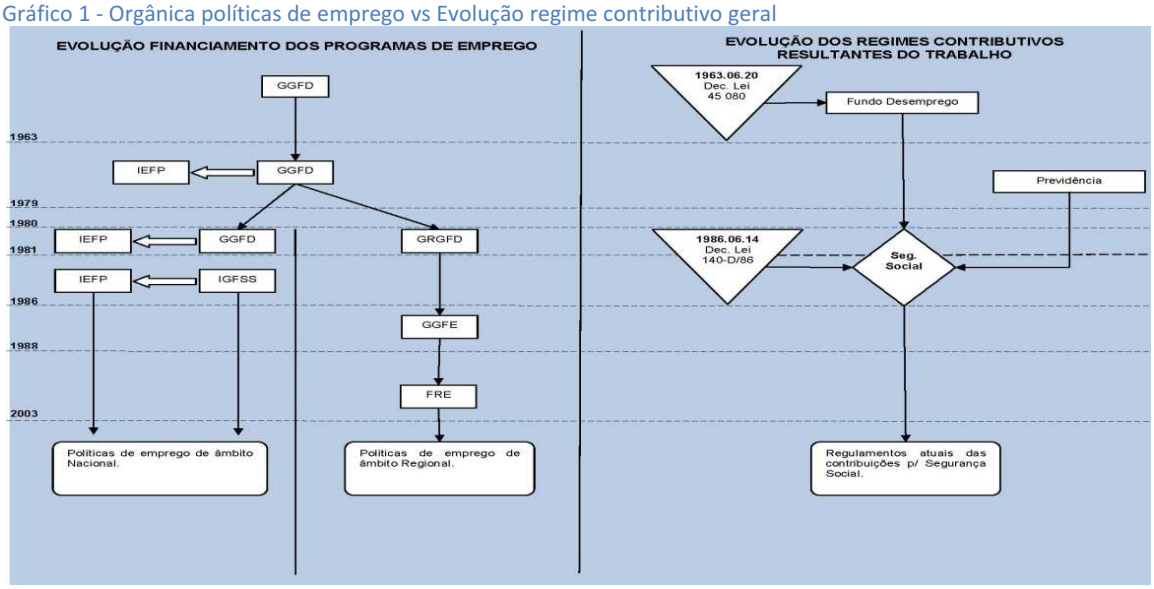


Gráfico 2 - Orgânica políticas de emprego vs Diplomas legais

Orgânica		Diploma Legal		Atribuições		
Nacional	Regional	Nacional	Regional	Nacional	Regional	
GGFD		▪ Decreto-lei n.º759/74		▪ Gestão das Contribuições para o Fundo de Desemprego, e aplicação criteriosa das verbas na criação de novos postos de trabalho e pagamento do respetivo subsídio de desemprego		1974
GGFD	GRGFD	▪ Decreto-Lei n.º96/81	▪ Decreto-Lei n.º96/81 ▪ Decreto Regional n.º3/82/A	▪ Gestão das Contribuições para o Fundo de Desemprego, e aplicação criteriosa das verbas na criação de novos postos de trabalho e pagamento do respetivo subsídio de desemprego	▪ Gestão dos Bens e Património do GGFD, e execução de políticas de emprego Regionais	1981
IGFSS GGFE		▪ Decreto-Lei n.º40/86		▪ Entre os gerais atribuídos ao organismo, financiar o GGFD, até à sua extinção em junho de 1986, e, posteriormente o IEFP.		1986
	GGFE		▪ Decreto Legislativo Regional n.º5/88/A		▪ Financiamento de Políticas de Emprego Regionais	1988
	FRE		▪ Decreto Legislativo Regional n.º21/2003/A		▪ Financiamento de Políticas de Emprego Regionais de acordo com e evolução legislativa e do contexto laboral	2003

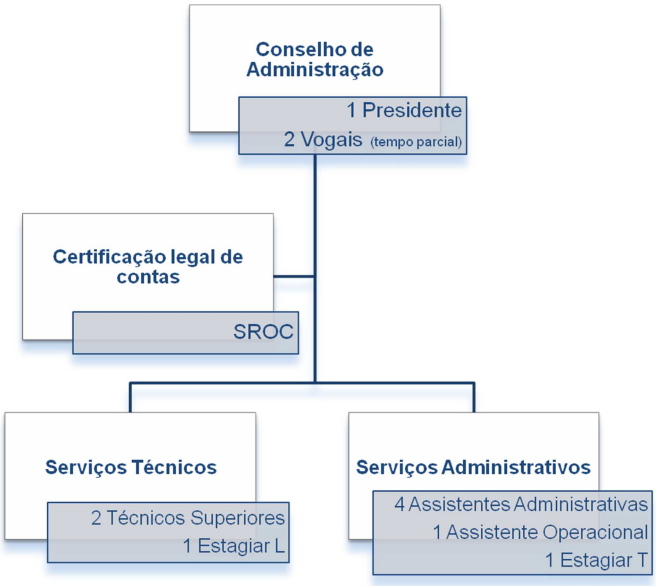
Organização

O FRE estrutura-se em termos funcionais num órgão de direção, constituído pelo Conselho de Administração, dirigido pelo Presidente, e coadjuvado por dois vogais de Conselho, que constituem o quórum e substituem-no na sua ausência.

Na dependência direta do Conselho de Administração, funcionam dois departamentos/serviços, respetivamente com responsabilidades ao nível técnico e ao nível funcional/administrativo.

Possui ainda um órgão intermédio de linha e staff com funções ao nível da certificação legal de contas, sem responsabilidades de direção.

Gráfico 3 - Organigrama hierárquico/ funcional



Em termos orgânicos, o FRE pertence à Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial, na dependência do Diretor Regional do Emprego e Qualificação Profissional.

Tabela 3 - Estrutura orgânica do FRE

Diploma	Organismo
Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2012/A	Orgânica do XI Governo Regional
Decreto Regulamentar Regional n.º 18/2010/A (revogado)	Direção Regional do Trabalho, Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor
Decreto Legislativo Regional n.º 21/2003/A	Cria o Fundo Regional do Emprego

Processos

Objetivos

No FRE distinguem-se dois tipos de objetivos fundamentais, **Objetivos Estratégicos**, que consistem no financiamento de Programas de Emprego de âmbito regional que decorrem das sua funções, e **Objetivos de Gestão** que decorrem do seu regime jurídico.

Gráfico 4 - Objetivos

Função de Gestão

A prossecução dos objetivos, concretiza-se pela execução da função primordial do FRE, a **Gestão Financeira**, que viabiliza a consecução dos diversos processos de gestão que lhe estão agregados.

Gráfico 5 - Função de Gestão agregada a processos

Processos de Gestão

Os processos de gestão resultam da aplicação prática do contexto normativo que envolve o FRE, e que obrigam à sua observância. Deste modo são identificados como processos de gestão a Gestão da **Despesa**, **Receita**, **Recursos Humanos**, **Imobilizado / Investimentos**[1], **Registo Contabilístico**, **Prestação de Contas** e **Gestão de Outputs**.

Tabela 4 - Diplomas agregados a processos de gestão

Diploma	Sinopse
Lei n.º 8/90	Lei de Bases da Contabilidade Pública
Lei n.º 52/2011	Lei de Enquadramento Orçamental
Lei n.º 79/98	Lei de Enquadramento Orçamental da RAA
Decreto-Lei n.º 155/92	Regime da Administração Financeira do Estado
DLR n.º 7/97/A	Adapta à Região o Regime da Administração Financeira do Estado
Decreto – Lei n.º 26/2002	Regime Jurídico dos Códigos de Classificação Económica das Receitas e das Despesas Públicas
Lei Orgânica n.º 2/2002	Lei de Estabilidade Orçamental
Decreto – Lei n.º 71/95	Regras das Alterações Orçamentais
Lei n.º 8/2012	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
Decreto – Lei n.º 232/97	Plano Oficial de Contabilidade Pública
Instrução n.º 1/2004 SRATC	Regime da Prestação de Contas
DRR n.º 1/84/A	Regime Autonomia Administrativa e Financeira
Portaria n.º 671/2000	Cadastro e Inventário dos Bens do Estado
DLR[2]	Orçamento Anual RAA
DRR[3]	Decreto de Execução Orçamental Anual RAA
Orientações e circulares[4]	
Decreto – Lei n.º 278/2009	Código dos Contratos Públicos
Lei n.º 12-A/2008	Regimes de Vinculação, de Carreiras e Remunerações
Decreto-Lei n.º 6/96	Altera e republica o Código do Procedimento Administrativo
Lei n.º 110/2009	Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social
Lei n.º 59/2008	Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas
DLR n.º 26/2008/A	Adapta à Região o Regime de Vinculação, de Carreiras e Remunerações
DLR n,º 41/2008/A	Sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na administração pública regional dos Açores
Lei n.º 7/2009	Código do Trabalho
DLR n.º 19/2006/A	Regulamenta a adaptação à Região do Código do Trabalho
Resolução n.º 150/2010	Plano Regional de Emprego 2010-2015
Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007	Regime geral de aplicação do Fundo Social Europeu
Decreto Regulamentar n.º 4/2010	Altera o Regime geral de aplicação do Fundo Social Europeu
Despacho Normativo n.º 43/2011	Fixa natureza e limites máximos de custos elegíveis FSE/Pro-Emprego
Despacho 107/2008, 21/02	Regulamento específico Pro-Emprego da Tipologia T1.2 – Transição para a vida ativa / Ação Tipo 1.2.1 - Planos de Estágio.

[1] Designação SNC
[2] Documento publicado anualmente – vigora para 2013 o DLR n.º 2/2013/A
[3] Documento publicado anualmente - vigora para 2013 o DRR n.º 4/2013/A
[4] Presidência, VPGECE, DROT, SIGRHARA, DGO, DROAP

Despacho 109/2008, 21/02	Regulamento específico Pro-Emprego da Tipologia T2.2 – Apoio à inserção das mulheres em meio laboral / Ação Tipo T2.2.2 – Berço de Emprego
Despacho 489/2009, 28/04	Regulamento específico Pro-Emprego da Tipologia T6.1 – Melhoria dos níveis de literacia e de qualificação básica da população açoriana / Ação Tipo T6.1.2 – Apoio aos CRVCC.
Despacho n.º 603/2013 de 1 de Abril de 2013	Regulamento específico Pro-Emprego da Tipologia T6.3 - Apoio à reintegração de desfavorecidos em meio laboral / Ação Tipo T6.3.1 relativa ao apoio à inserção profissional de públicos desfavorecidos.
DRR n.º 29/2000/A (republicado pelo DRR n.º 3/2013/A)	Regulamento MSE
Resolução n.º 189/2002	Regulamento PROSA
Resolução n.º 107/2010	Aprova e regulamenta ESTAGIAR
Resolução n.º 44/2012	Alteração temporária da resolução n.º 107/2010
DRR n.º 8/2008/A	Cria e regulamenta Programa Berço de Emprego
DLR n.º 28/2004/A	Fomento Empregabilidade, Qualificação e Promoção do Emprego
DLR n.º 24/2010/A	Altera parcialmente DLR n.º 28/2004/A
DRR n.º 28/2006/A	PIIE[5]
Resolução n.º 1/2011	Programa L+
DLR n.º 15/2011/A	Programa Bolsas Estudo Formação não Disponível na RAA
DRR n.º 10/2012/A	Regulamenta DLR n.º 15/2011/A
Resolução n.º 16/2009	Aprova e regulamenta o PVP[6]
Resolução n.º 22/2009	Aprova e regulamenta o PAMPT
Portaria n.º 107/2009	Programa REATIVAR
Portaria n.º 6/2008	Regulamento CAP´S
DLR n.º 14/2011/A	Programa Bolsas Estudo Ensino Superior-Trabalhadores estudantes
Resolução n.º 136/2011	Sistema Análise e Monitorização Ensino Regular e Profissional
Resolução n.º 10/2012	Aprova e Regulamente o PQE
Resolução n.º 45/2012	Aprova e Regulamenta o Programa INTEGRA
Resolução n.º 46/2012	Regime Extraordinário de Moratória e Regularização de Dívidas
Resolução n.º 47/2012	Regulamenta FIOS
Despacho n.º 568/2012	Atualiza regulamento FIOS
Portaria n.º 570/2012	Campeonatos das Profissões
Resolução n.º 13/2013	PIIE[7]
Resolução n.º 30/2013	Altera a Resolução n.º 13/2013
Resolução n.º 14/2013	CRIA o PFE
Resolução n.º 15/2013	Cria e regulamenta o CPE_PREMIUM
Resolução n.º 16/2013	Majoração Integração Trabalhadores Deficientes
Resolução n.º 17/2013	Cria e regulamenta RECUPERAR
Resolução n.º 18/2013	Cria e regulamente INTEGRA+ e INTEGRA StarUp
Despacho n.º 424/2013	Regulamenta Rede VALORIZAR
Resolução n.º 11/2008	Regulamente programa CIDADANIA
Resolução n.º 171/2006	Programa EURODISSEIA
Despacho Normativo n.º 25/2013	
	Rede EURES
	Programa Leonardo D´Vinci
DLR n.º 19/2006/A	Contraordenações IRT

[5] Programa Integrado de Incentivos a Emprego
[6] Regulamento em vigor Fonte: DATAJURIS – Base de Dados Jurídicos, com expressão reduzida.
[7] Programa de Incentivos Inserção do ESTAGIAR

Atividades

As atividades agregadas a processos de gestão, resultam na geração de **outputs** com características de **Direção, Técnico-Científicas** e **Administrativas**, com vista à obtenção dos objetivos traçados.

Processo de Despesa

Encontram-se agregados ao processo de despesa, as atividades de **Orçamentação Anual**, **Orçamentação de Aquisição de Bens e Serviços**, **Aquisição de Bens e Serviços** e o **Processamento de Programas de Emprego**.

Gráfico 6 - Ciclo da Despesa

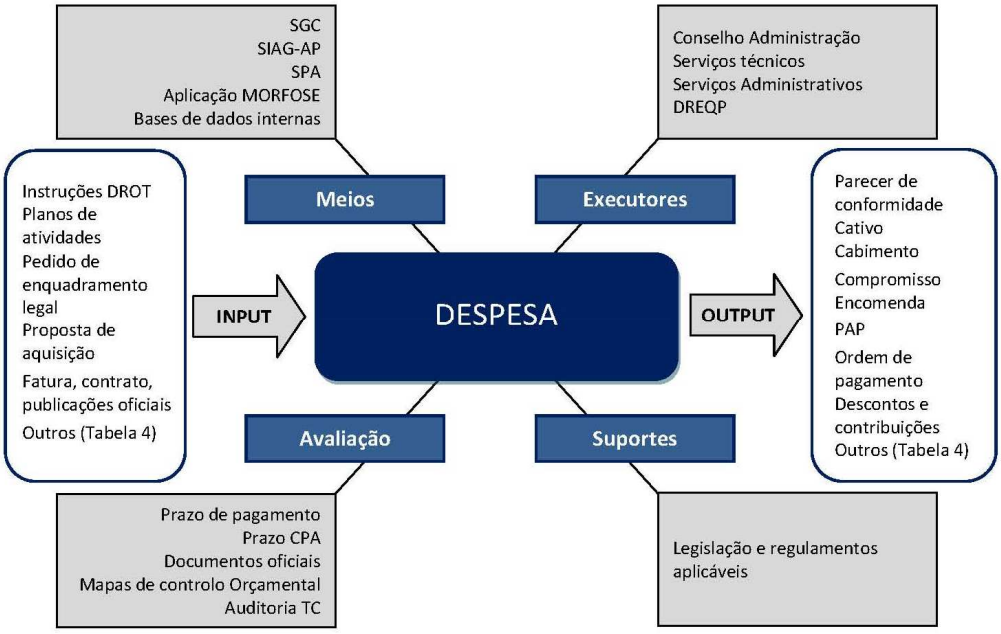


Tabela 5 – Atividades agregadas ao processo de despesa

Atividade	INPUT	OUTPUT	Documento	Responsável	Meios
Orçamentação Anual	Instruções p/ elaboração dos orçamentos	Conformidade	Parecer	CA, ST	SGC
	Planos de atividades	Cativo	N.º do cativo		SIAG-AP SGC
Orçamentação Aquisição bens e serviços	Pedido de enquadramento Legal	Conformidade do enquadramento legal	Parecer		SGC
	Proposta de aquisição	Conformidade do Contrato / Cativo	Proposta de Cabimento		SIAG-AP SGC
Aquisição de Bens e Serviços	Fatura, Contrato, Publicações Oficiais	Cabimento	Proposta de Aquisição	SA	SIAG-AP
		Encomenda	Requisição Oficial		
		Compromisso	N.º de compromisso		

		Débito de Fornecedor	Interno (SIAG-AP)		
		Processamento de despesa			
		Registo de descontos e operações de tesouraria			
		Classifica CCA			
		Autorização	PAP	CA, SA	
		Pagamento	Ordem de Pagamento	CA, SA	SIAG-AP SPA
Processamento de programas de emprego	Outros: Mapas de Assiduidade e outros formulários Recibos de vencimento Folha remunerações SS Guias pagamento TSU Apólices de seguro Certidão da situação contributiva e tributária Publicações Oficiais	Cabimento		ST, SA	SIAG-AP SGC Aplicação Morfose Bases de dados internas
		Compromisso	N.º de compromisso		
		Processamento de despesa	Interno (SIAG-AP)		
		Registo de descontos e operações de tesouraria			
		Classifica CCA			
		Autorização	PAP	CA, SA	
		Pagamento	Ordem de Pagamento		

Processo de Receita

Encontram-se agregados ao processo de receita, as atividades de **Transição de Saldos**, **Registo Geral de Receitas**, **Processamento**, **Liquidação**, e a **Tesouraria**.

Gráfico 7 - Ciclo da Receita

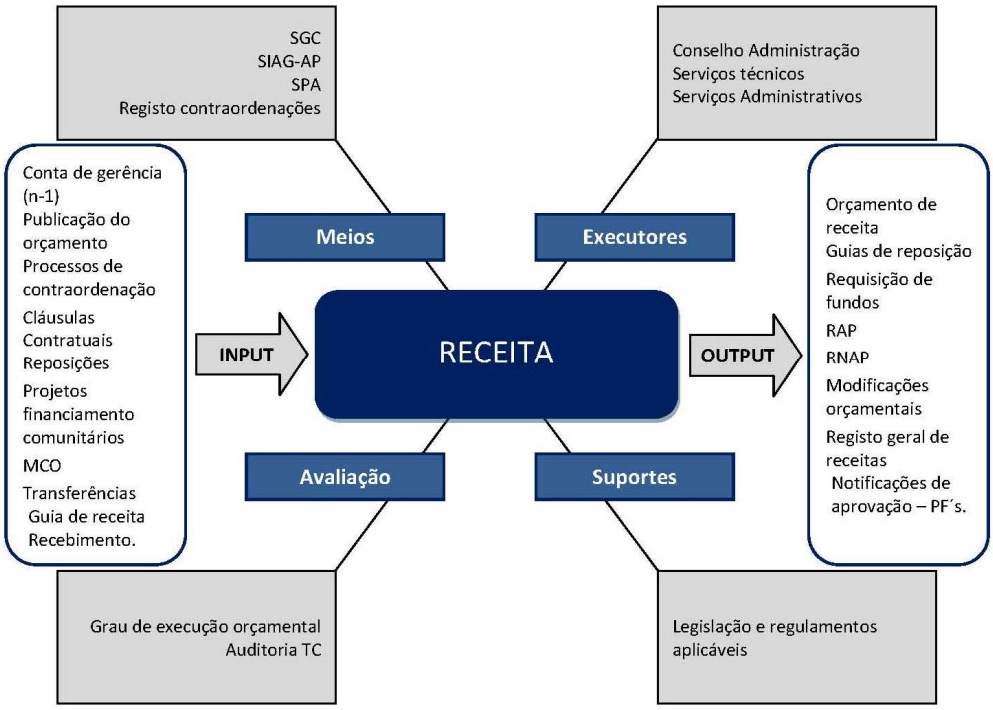


Tabela 6 – Atividades agregadas ao processo de receita

Atividade	INPUT	OUTPUT	Documento	Responsável	Meios
Transição Saldos	Conta de Gerência (n – 1)	Orçamento Receita	N.º de receita	ST	SIAG-AP
		Processamento da receita			
		Liquidação da receita			
		Recebimento	N.º Recebimento	ST, SA	SIAG-AP SPA
Registo geral	Publicação Orçamento	Orçamento Receita	N.º de receita	CA, ST	SIAG-AP SGC
Processamento	Processos de contraordenação	Conformidade do enquadramento legal	N.º processamento	ST	
	Cláusulas contratuais	Guia de receita			
	Reposições				
	Projetos financiamento comunitários	Notificações de aprovação – PF´s			
	Transferências	Registo geral da receita			
Liquidação	Guia de receita	Registo geral da receita	Controlo orçamental da receita	ST	
Tesouraria	MCO	Entrega ao tesouro	N.º Guia de entrega	CA, ST	
		Requisição de fundos	Requisição oficial de Fundos		
	Recebimento	Controlo orçamental	Interno (SIAG-AP)		SIAG-AP SPA

Recursos Humanos

Encontram-se agregados ao processo de RH, as atividades de **Recrutamento**, **Admissão**, **Processamento**, **Formação**, e a **Avaliação**.

Gráfico 8 - Ciclo de RH

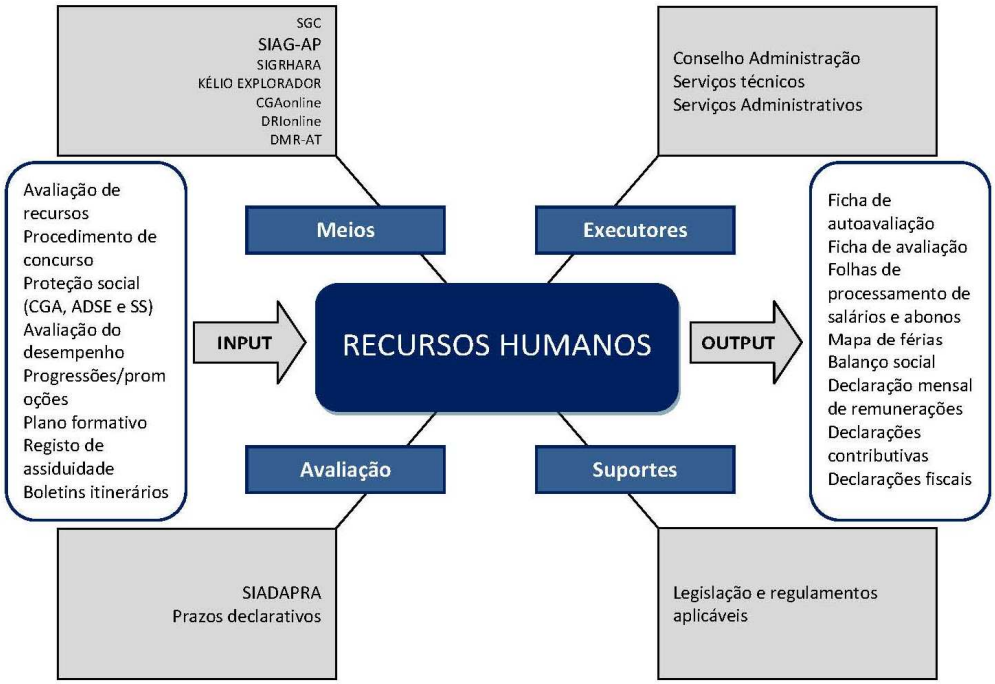


Tabela 7 – Atividades agregadas ao processo de RH

Atividade	INPUT	OUTPUT	Documento	Responsável	Meios
Recrutamento	Avaliação de recurso	Abertura de Concurso	Proposta de abertura	CA / Júri	SGC BEPA
	Abertura procedimento		Publicação Oficial		
	Nomeação Júri				
	Candidaturas	Lista de Candidatos	Ata seleção candidaturas		
			Comunicação candidaturas admitidas		
	Decisão final	Lista de classificação final	Ata classificação final		
			Comunicação decisão final		
Admissão	Início de funções	Nomeação	Termo de Posse / CTFP	CA	SIGRHARA
	Proteção social	Registo Legal	Boletim de Inscrição	SA	
	Cadastro	Ficheiro de Pessoal	Processo individual	ST	
Processamento	Registo de assiduidade	Autorização Férias	Mapa de Férias	CA	SIGRHARA
		Processamento de salários e abonos	Registo de assiduidade mensal	ST, SA	KÉLIO EXPLORADOR SIGRHARA SIAG-AP SPA
			Folhas processamento de salários e abonos		
	Boletins itinerários		Ordem de pagamento	SA	
Formação	Plano formativo	Autorização	Boletim de inscrição / outro	CA	SGC SIGRHARA
Avaliação	Avaliação do desempenho	Classificação de Serviço	Ficha de Autoavaliação	CA	SGC SIADAPRA
	Progressões/promoções		Termo de Posse	CA	SGC SIGRHARA SIADAPRA
			Lista de Antiguidade		

Imobilizado / investimentos

Encontram-se agregados ao processo de imobilizado / investimentos, as atividades de **Análises de Estrutura**, **Procedimento de Concurso**, e **Aquisição de Bens e Serviços**.

Gráfico 9 - Ciclo de Imobilizado / Investimentos

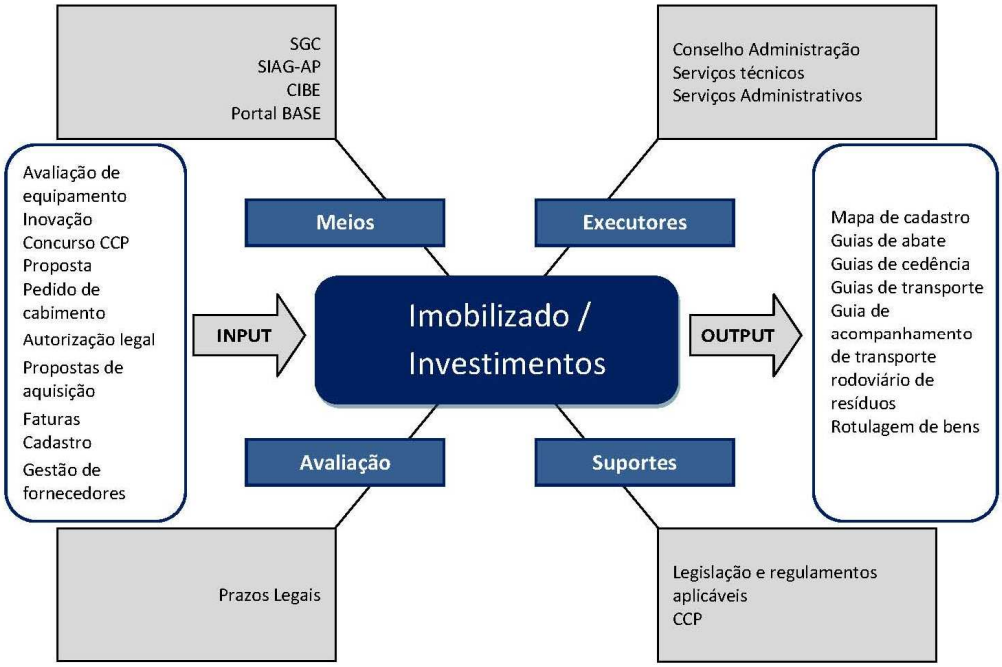


Tabela 8 – Atividades agregadas ao processo de Imobilizado / Investimentos

Atividade	INPUT	OUTPUT	Documento	Responsável	Meios
Análise de estrutura	Avaliação de equipamentos Inovação Tecnológica	Processo de Aquisição	Despacho de Autorização	CA, ST, SA	SGC
Concurso	Concurso CCP	Adjudicação	Contrato aquisição de bens e serviços / Simplificado	CA, ST	Portal BASE
Aquisição de Bens e Serviços	Proposta de aquisição	Contrato / Cativo	Proposta de Cabimento	ST	Portal BASE SIAG-AP SGC
	Fatura, Contrato, Publicações Oficiais	Cabimento	Proposta de Aquisição	SA	Portal BASE SIAG-AP
		Encomenda	Requisição Oficial		
		Compromisso	N.º de compromisso		
		Débito de Fornecedor	Interno (SIAG-AP)		
		Processamento despesa			
		Classifica CCA			
		Autorização	PAP	CA, SA	
		Pagamento	Ordem de Pagamento	CA, SA	Portal BASE SIAG-AP SPA
Gestão de estrutura	CIBE	Cadastro / Inventário	Mapa de cadastro Guias de abate Guias de cedência Guias de transporte Guia de acompanhamento de transporte rodoviário de resíduos Rotulagem de bens	ST	Portal BASE SIAG-AP SGC

Registo Contabilístico

Encontram-se agregados ao processo de despesa, as atividades de **Registo**, e **Controlo**.

Gráfico 10 - Ciclo de registo Contabilístico

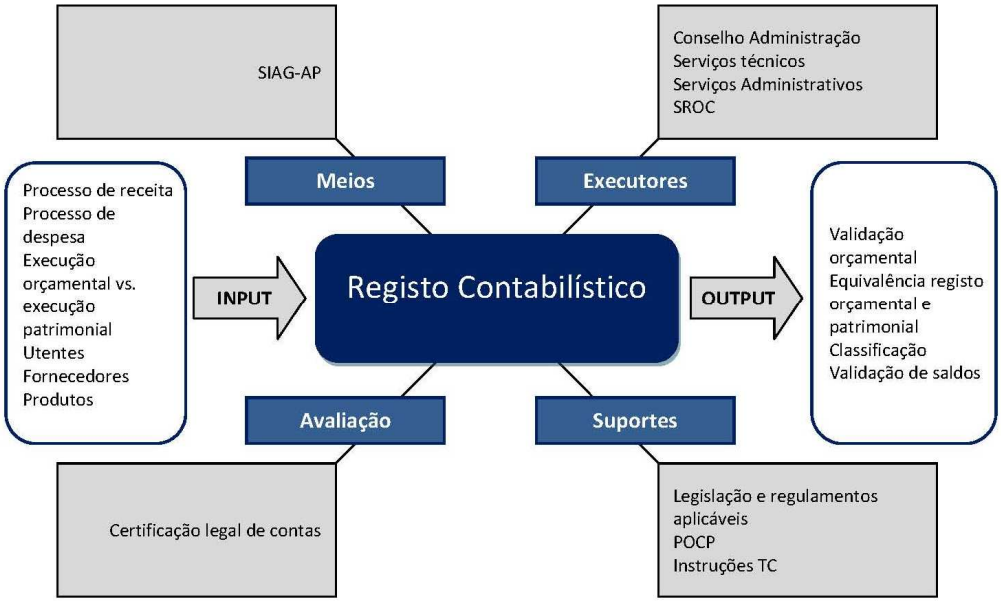


Tabela 9 – Atividades agregadas ao processo de registo contabilístico

Atividade	INPUT	OUTPUT	Documento	Responsável	Meios
Registo	Despesa	Validação orçamental	Balancete despesa / receita mensal	CA, ST, SA	SIAG-AP
	Receita		Mapa de controlo orçamental		
	Contabilidade Orçamental	Equivalência registo orçamental e patrimonial	Diário de movimentos		
	Utentes	Classificação	Registo Outro Terceiro	ST, SA	
	Fornecedores		Registo Fornecedor		
	Produtos		Registo Produto		
Controlo	Contabilidade Orçamental	Validação de caldos	Balancete mensal POCP	ST	

Prestação de Contas

Encontram-se agregados ao processo de prestação de contas, as atividades de **Auditoria**, e **Informação Legal**.

Gráfico 11 - Ciclo de Prestação de Contas

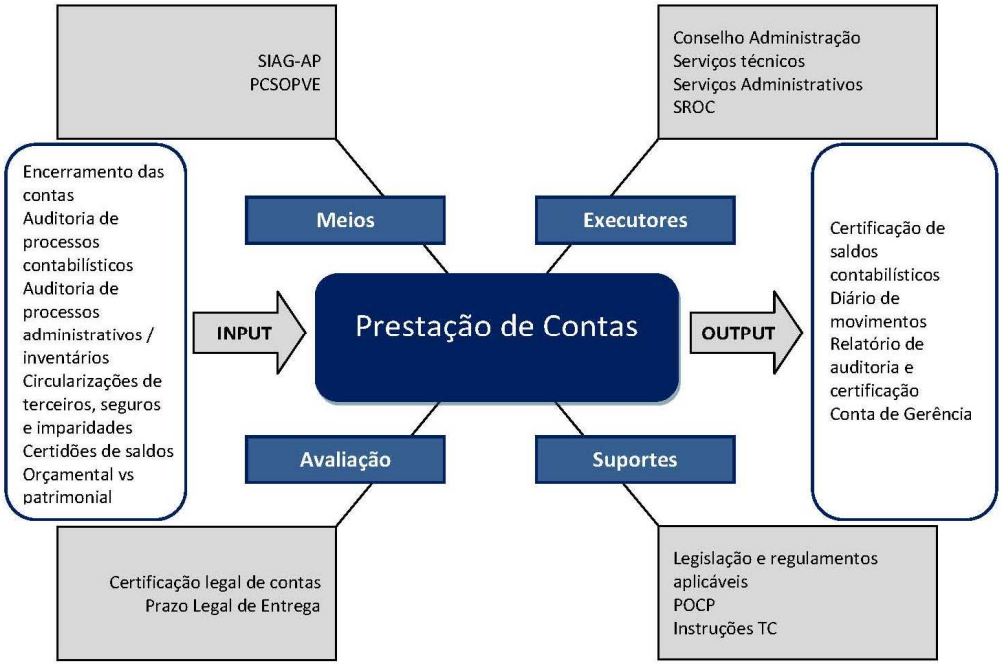


Tabela 10 – Atividades agregadas ao processo de prestação de contas

Atividade	INPUT	OUTPUT	Documento	Responsável	Meios
Auditoria	Circularização de Terceiros	Certidão de saldos de fornecedores	Ofício circulado	SA	SGC
	Circularização de Seguros	Certidão de apólices vigentes			
	Certidões de Saldos	Certificação de receita	Diário de movimentos	CA	
		Certificação de saldos bancários			
	Processos Contabilísticos	Validação de mapas contabilísticos	Relatório de auditoria e certificação	CA, ST, SROC	SIAG-AP PCSOPVE
	Processos Administrativos	Imparidades de terceiros			
		Revisão de procedimentos			
	Inventário	Imparidades e Ajuste de valor	Mapas de Inventário		
Informação Legal	Contabilidade Orçamental e Patrimonial	Entrega da Conta de Gerência	Balanço		
			Demonstração de Resultados		
			Controlo Orçamental – Despesa		
			Controlo Orçamental – Receita		
			Fluxos de Caixa		
			Mapa descontos		

			e retenções		
			Mapa de entrega de descontos e retenções		
			Orçamento – Despesa		
			Orçamento – Receita		
			Caracterização da entidade		
			ABDR		
			Alterações Orçamentais – Despesa		
			Alterações Orçamentais – Receita		
			Transferências Correntes – Despesa		
			Transferências de Capital – Despesa		
			Subsídios concedidos		
			Transferências Correntes – Receita		
			Transferências de Capital – Receita		
			Subsídios obtidos		
			Relatório de Gestão		
			Guia de Remessa		
			Ata da Reunião de apreciação das contas pelo órgão competente		
			Relação dos documentos de despesa e receita		
			Reconciliações bancárias		
			Mapa síntese das reconciliações bancárias		
			Balancetes sintéticos antes a após ao apuramento de resultados		
			Ativo bruto		
			Provisões acumuladas		
			Demonstração dos Resultados Financeiros		
			Demonstração dos Resultados Extraordinários		

Outros processos de gestão e direção

Encontram-se agregados aos outros processos de gestão e direção, as atividades de **Outras atividades agregadas à gestão**.

Gráfico 12 - Ciclo de Outros Processos de gestão e Direção

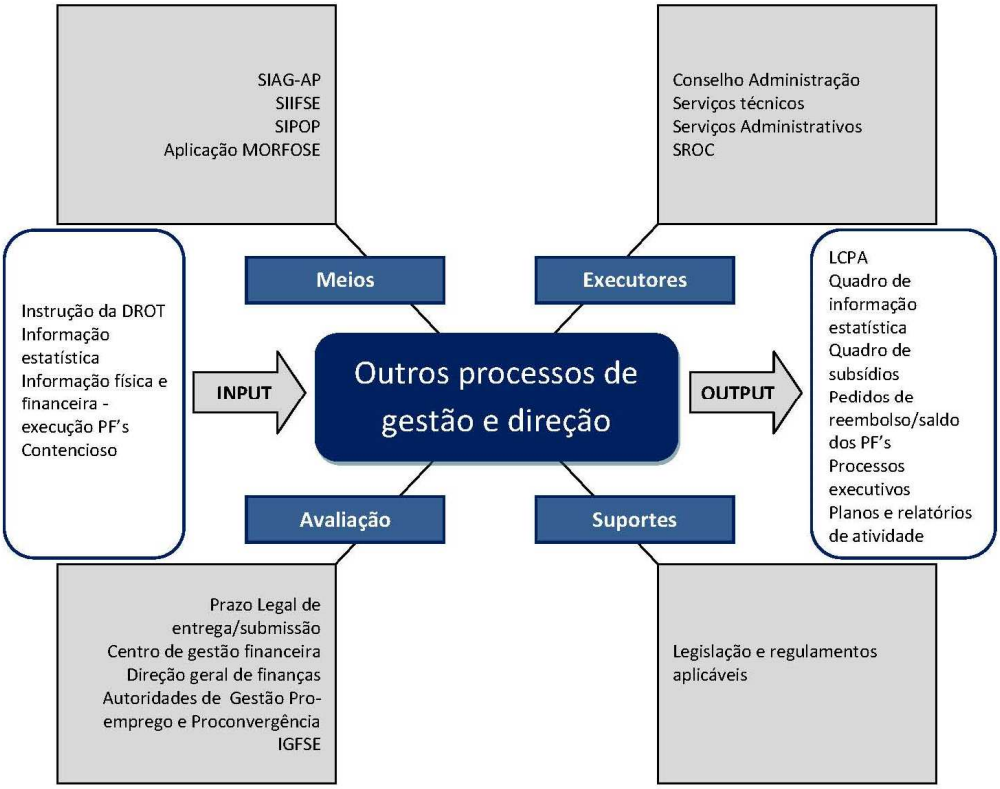


Tabela 11 – Atividades agregadas a outros processos de gestão e direção

Atividade	INPUT	OUTPUT	Documento	Responsável	Meios
Outras atividades agregadas à gestão	Planos de atividade departamentais	Orçamentação Previsional	Proposta de orçamento	CA	SGC
	Instruções DROT				
	Informação Estatística	Síntese estatística	Quadro síntese	CA, ST, SA	SGC Outro
	Informação física e financeira – execução PF´S	Financiamento comunitário	Pedidos de reembolso / saldo		SGC SIIFSE Aplicação MORFOSE outros
	Contencioso	Cobrança coerciva	Certidão de Dívida	ST	SGC
	Gestão Processual	Arquivo	Classificador	SA	Outro

Fluxogramas

Tabela 12 – Simbologia

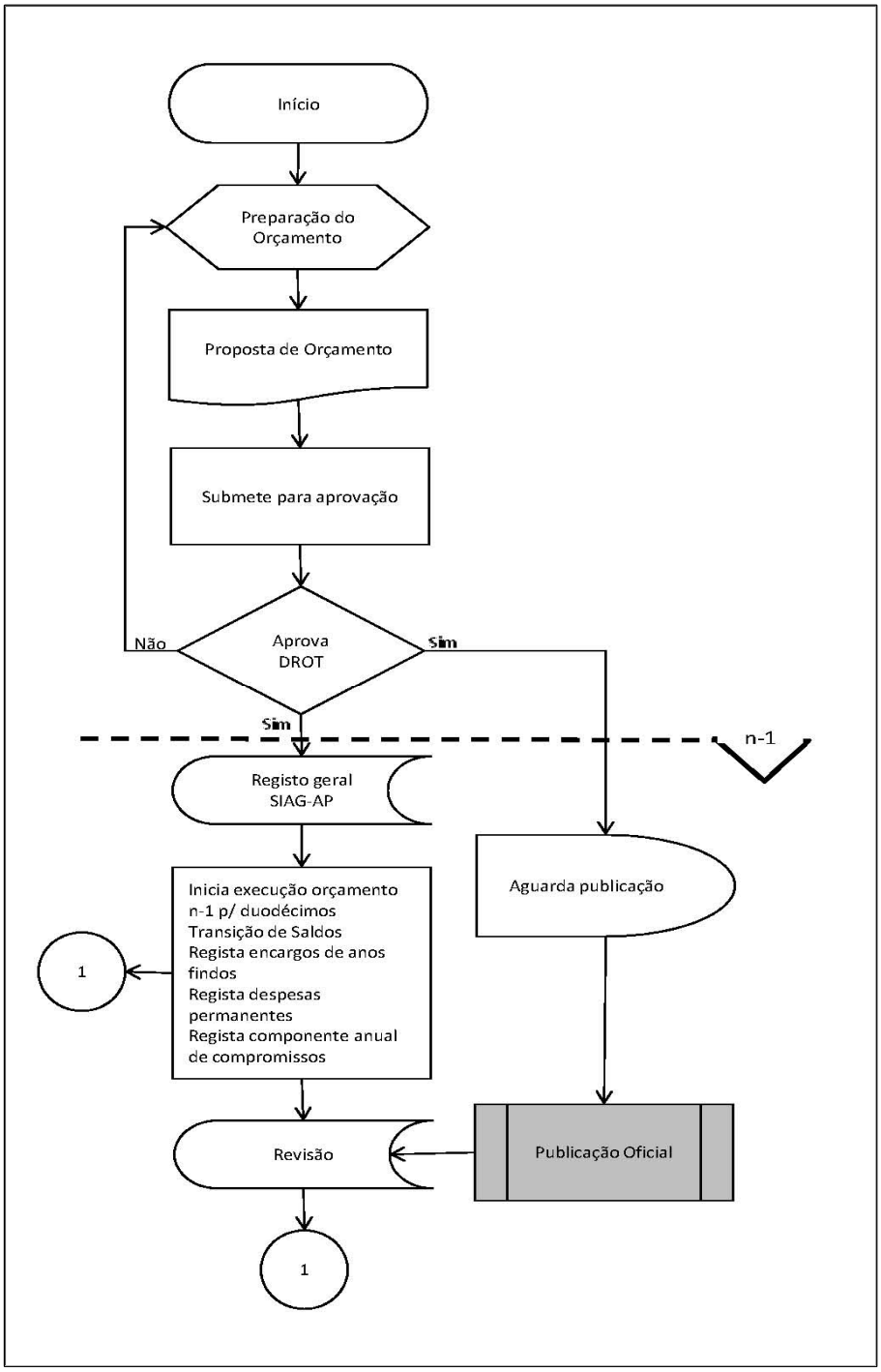
Símbolo	Descrição
Início Fim	**Início / Fim:** representa o início ou o final do processo. Cada processo tem que ter um início e um fim.
Transição de Saldos	**Atividade:** representa uma ação dentro de um processo. Uma atividade poderá utilizar inputs e gerar outputs.
Digitaliza PAP	**Atividade realizada no sistema:** representa uma ação dentro de um processo, desempenhada através da interação com o sistema informático. Também utiliza inputs e gera outputs.
Tem cabimento?	**Caixa de decisão:** resulta em dois (ou mais) caminhos possíveis, em função da resposta "sim" ou "não" à pergunta colocada.
Decisão externa	**Caixa de decisão externa:** resulta em dois (ou mais) caminhos possíveis, em função da resposta "sim" ou "não" à pergunta colocada.
Termo de responsabilidade	**Documentos internos:**
Termo de responsabilidade	**Documentos externos:**

Candidatura Programa	**Processo externo:** processo interligado com o processo em causa, desenvolvido externamente a este.
Registo físico	**Unidade de armazenamento de acesso interna:** Identifica unidades de registo interno de acesso dos departamentos.
1	**Conector de página:** facilitador do desenho dos fluxos, dentro da mesma página, evitando cruzamentos de setas que dificultem a leitura do fluxograma, ou para página diferente como ligação para o restante processo.
4	**Conector de página:** facilitador do desenho dos fluxos, para processos de verificação e auditoria.
	Seta: indica a direção do fluxo.
	Separador: separa momentos ou situações distintas dentro do mesmo processo.

Fluxogramas de Processos

A descrição dos fluxos agregados a processos através do fluxograma, consiste na unificação tanto quanto possível, dos processos já identificados, uma vez que correspondem a dinâmicas com particularidades interdisciplinares da função primordial da **Gestão Financeira** que decorrem do documento agregador dessa mesma função que é o **Orçamento**, com agregação direta dos respetivos processos.

Gráfico 13 – Fluxograma de processos



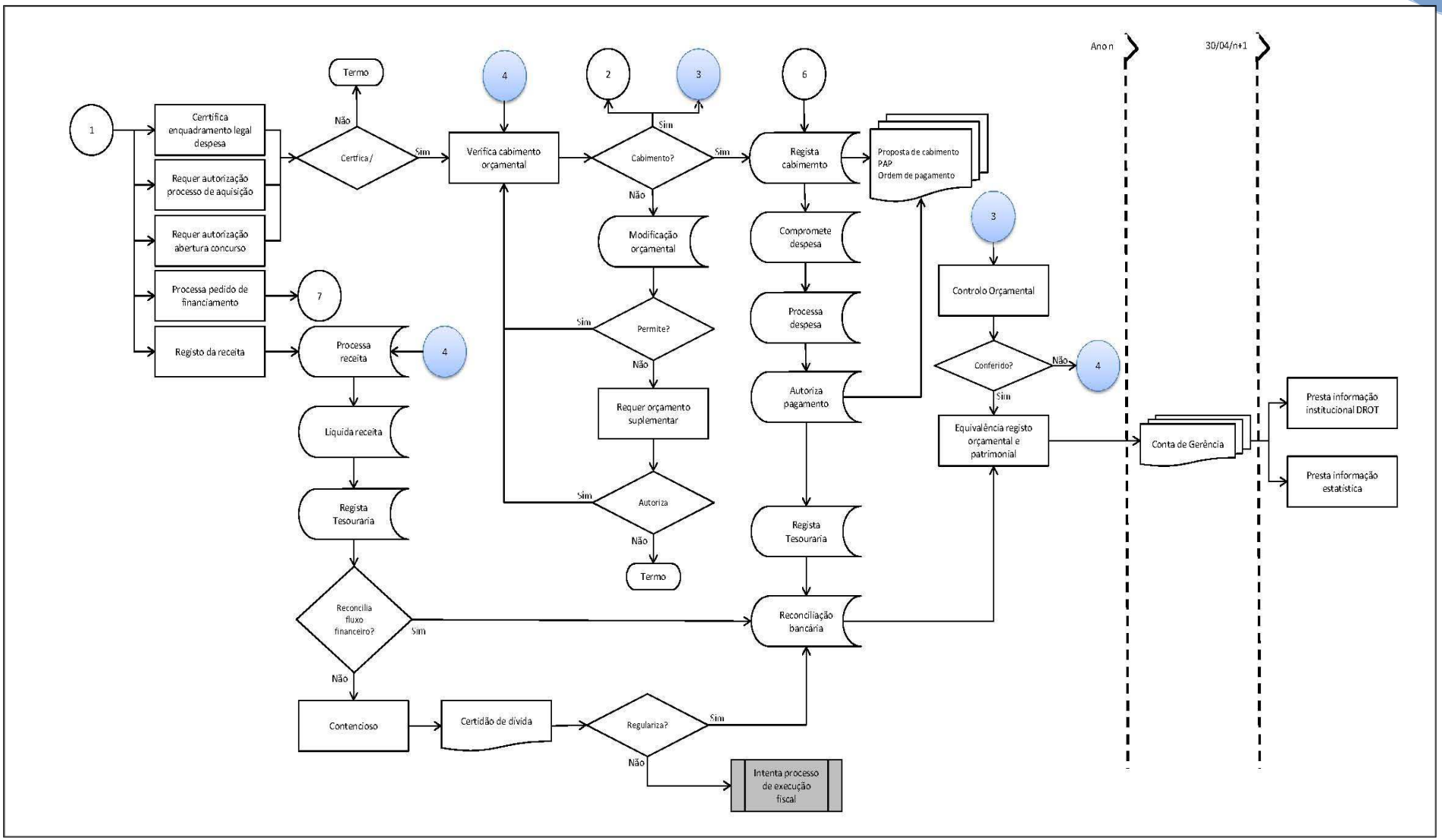

Ano n
30/04/n+1
1
Certifica enquadramento legal despesa
Requer autorização processo de aquisição
Requer autorização abertura concurso
Processa pedido de financiamento
Registo da receita
Certifica/
Não
Sim
Termo
4
Verifica cabimento orçamental
2
3
Cabimento?
Sim
Não
Modificação orçamental
Permite?
Sim
Não
Requer orçamento suplementar
Autoriza
Sim
Não
Termo
6
Regista cabimento
Proposta de cabimento
PAP
Ordem de pagamento
Compromete despesa
Processa despesa
Autoriza pagamento
Regista Tesouraria
Reconciliação bancária
7
Processa receita
4
Liquida receita
Regista Tesouraria
Reconcilia fluxo financeiro?
Sim
Não
Contencioso
Certidão de dívida
Regulariza?
Sim
Não
Intenta processo de execução fiscal
3
Controlo Orçamental
Conferido?
Não
4
Sim
Equivalência registo orçamental e patrimonial
Conta de Gerência
Presta informação institucional DROT
Presta informação estatística

Gráfico 14 – Fluxograma agregado a processos de RH

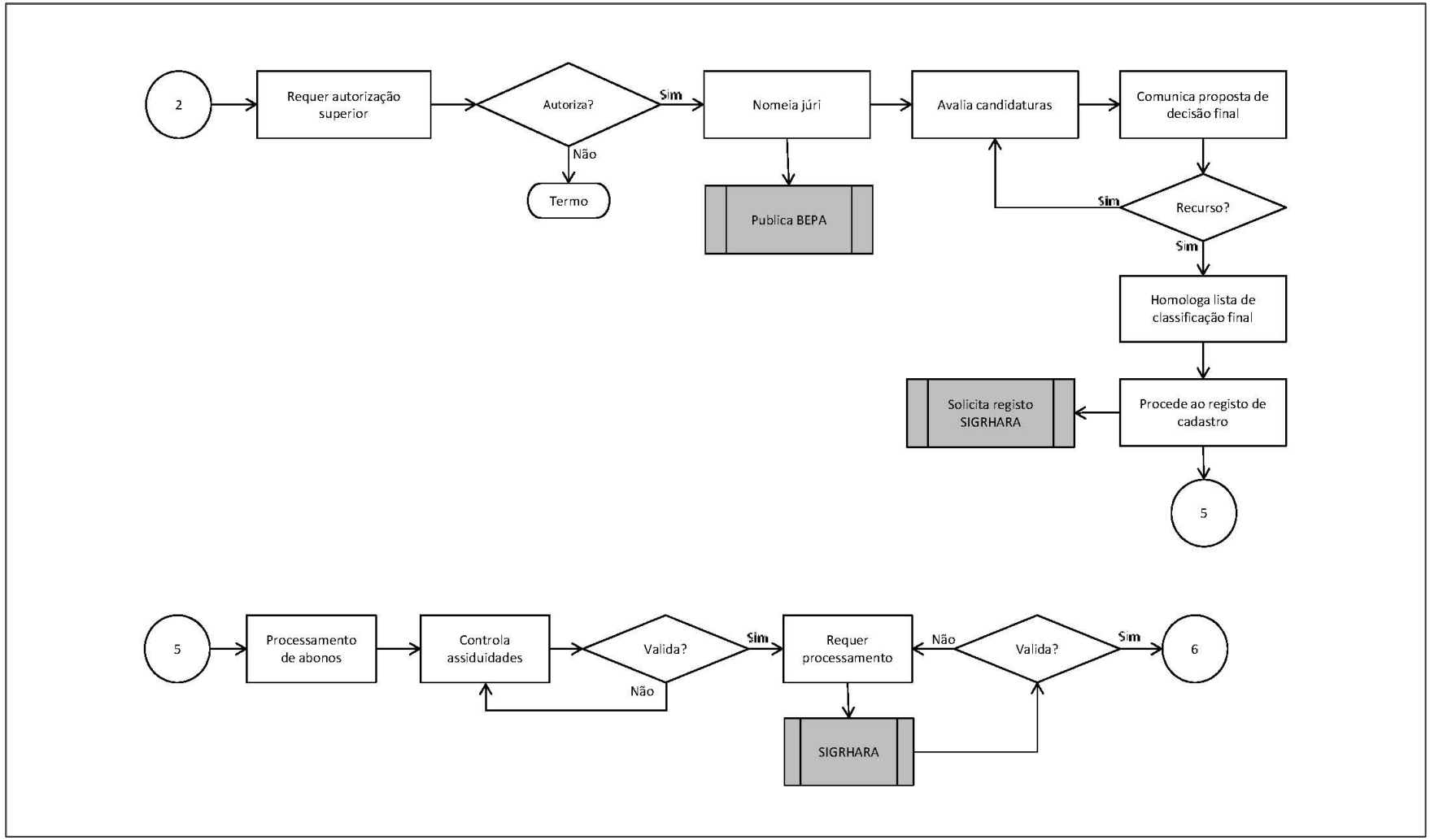
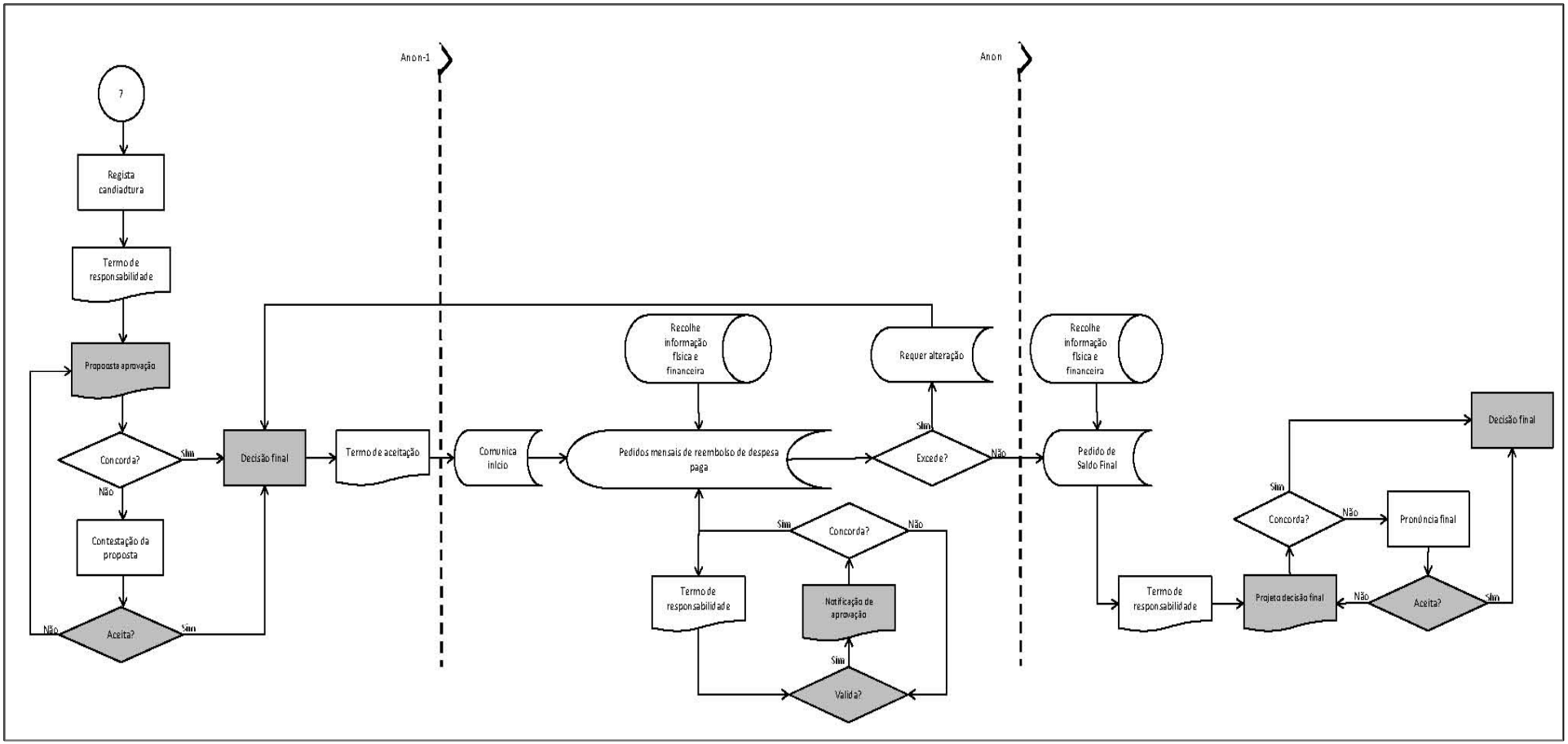


Gráfico 15 – Fluxograma agregado a PF's



Registo de Revisões

Revisão	Motivo da Revisão	Data de aprovação
01	Primeira emissão do documento.	23-08-2013